



PM E CBM
Curso de Formação de Soldados

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e intelecção de textos	1
Tipologia textual	7
Coesão e coerência.....	9
Figuras de linguagem.	11
Ortografia.....	16
Acentuação gráfica.....	17
sinal indicativo de crase	19
Formação, classe e emprego de palavras.	20
Sintaxe da oração e do período.	34
Pontuação.	39
Concordância nominal e verbal.	44
Colocação pronominal.	46
Regência nominal e verbal.	48
Equivalência e transformação de estruturas	50
Paralelismo sintático.....	53
Relações de sinonímia e antonímia.	56
Exercícios.....	57
Gabarito.....	65

RACIOCÍNIO LÓGICO

Lógica proporcional	1
Argumentação lógica.	3
Raciocínio sequencial.....	4
Raciocínio lógico quantitativo	6
Raciocínio lógico analítico	7
Diagramas lógicos.	10
Análise combinatória. Probabilidade	13
Exercícios.....	19
Gabarito.....	25

SUMÁRIO



GEOGRAFIA DA PARAÍBA

Formação do território paraibano. Geografia física: relevo, clima, vegetação, hidrografia. Geografia humana: aspectos econômicos, sociais e culturais.....	1
Exercícios.....	4
Gabarito.....	8

HISTÓRIA DA PARAÍBA

Origens e conquista da Paraíba (1574-1585). A presença de portugueses, franceses e espanhóis no território paraibano. Povos indígenas do litoral ao sertão. A Paraíba no sistema de capitanias hereditárias e a conquista do interior. Holandeses na Paraíba. Inquisição e expulsão de jesuítas. A Paraíba no século XIX. Independência. Primeiro Reinado. Período Regencial. Segundo Reinado. A Confederação do Equador. A Paraíba e a Guerra do Paraguai. A Paraíba e o Quebra-quilos. O Ronco das Abelhas. A Paraíba na República. A Paraíba no século XX. Oligarquias, coronelismo e cangaço. Revolta de Princesa. Revolução de 30. Revolução Constitucionalista de 1932. Intentona Comunista 1935. A Paraíba no Estado Novo de Vargas. A Paraíba e a Segunda Guerra Mundial.....	1
Exercícios.....	20
Gabarito.....	24

INGLÊS

Compreensão de textos. Capacidade de compreender ideias gerais e específicas por meio da análise de textos selecionados de livros, jornais ou revistas, que abordem temas culturais, literários e científicos.....	1
Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.	5
Exercícios.....	64
Gabarito.....	70

ESPAANHOL

Compreensão de textos. Capacidade de compreender ideias gerais e específicas por meio da análise de textos selecionados de livros, jornais ou revistas, que abordem temas culturais, literários e científicos. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.....	1
Exercícios.....	8
Gabarito.....	14

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceito de Internet e Intranet. Ferramentas e aplicativos de navegação	1
De correio eletrônico	7
De grupo de discussão.....	10
De busca e pesquisa.....	13
Principais aplicativos para edição de textos, planilhas eletrônicas, geração de material escrito, audiovisual e outros. Pacote Microsoft Office.....	16
Noções de sistema operacional (Windows e Linux).....	25
Conceitos de proteção e segurança	59
Noções de vírus, worms, phishing e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (anti-vírus, firewall, anti-spyware e VPN).	63
Computação na nuvem (cloud computing).....	66
Exercícios.....	70
Gabarito.....	76

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Dos Direitos e Garantias Fundamentais em Espécie; Direito à vida; Direito à Liberdade.....	1
Princípio da Igualdade (Art. 5º I); Princípio da legalidade e da Anterioridade Penal (Art. 5º II, XXXIX); Liberdade de Manifestação do Pensamento (Art. 5º IV); Inviolabilidade da Intimidade; Vida Privada; Honra e Imagem (Art. 5º X); Inviolabilidade do Lar (Art. 5º XI); Sigilo de Correspondência e de Comunicação (Art. 5º XII).....	3
Liberdade de Locomoção (Art. 5º XV); Direito de Reunião e de Associação (Art. 5º XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI); Direito de Propriedade (Art. 5º XXII e XXIII); Vedação ao Racismo (Art. 5º XLII);. Garantia às Integridades Física e Moral do Preso (Art. 5º XLIX); Vedação às Provas Ilícitas (Art. 5º LVI); Princípio da Presunção de Inocência (Art. 5º LVII); Privilegia Contra a Auto-Incriminação (Art. 5º LXIII).....	4
Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 42)	7
Da Segurança Pública (art.144)	8
Exercícios.....	10
Gabarito.....	14

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Princípios constitucionais do Direito Penal.....	1
A lei penal no tempo. A lei penal no espaço.....	6
Interpretação da Lei Penal	12
Infração penal: espécies.....	12
Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal.....	20



Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade.....	21
Imputabilidade penal.	36
Concurso de pessoas.....	38
Crimes contra a pessoa (homicídio, das lesões corporais, da rixa).....	41
Crimes contra o patrimônio (furto, roubo, extorsão, extorsão mediante sequestro)	56
Crimes contra a administração pública (peculato e suas formas, concussão, corrupção ativa e passiva, prevaricação).....	63
Exercícios.....	71
Gabarito.....	80

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Inquérito Policial.	1
Da ação penal: Espécies.	2
Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória.....	4
Exercícios.....	11
Gabarito.....	15

NOÇÕES DE DIREITO MILITAR

Estatuto dos Policiais Militares da Paraíba (Lei 3.909/77): Da Hierarquia e da Disciplina (Art. 12 à 19), 1.2. Do Valor Policial Militar (Art. 26), Da Ética Policial Militar (Art. 27 à 29), Dos Deveres Policiais Militares (Art. 30), Do Compromisso Policial Militar (Art. 31), Do Comando e da Subordinação (Art. 33 à 39)	1
Lei Complementar Estadual nº 87/2008.....	6
Crime militar: caracterização do crime militar (art. 9º do CPM); propriamente e impropriamente militar.....	6
Violência contra superior (art.157 CPM)	7
Violência contra inferior (art.175 CPM).....	8
Abandono de Posto (art.195 CPM).....	8
Embriaguez em serviço (art. 202 CPM).....	8
Dormir em serviço (art. 203 CPM).....	8
Justiça Militar Estadual. Art. 125, §§ 3º, 4º e 5º CF/88	9
Art. 187 a 198 da Lei Complementar 096/10 (Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba)	9
Exercícios.....	13
Gabarito.....	15

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade)	1
Lei nº 8.072/90 (Crimes Hediondos)	8

Lei nº 9.455/97 (Tortura)	11
Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Das disposições Preliminares (Art. 1º à 6º), Das medidas de proteção (Art. 98 à 102), Da prática de Ato Infracional (Art. 103 à 128), Das medidas Pertinentes aos Pais ou responsável (Art. 129 e 130).....	12
Lei 11.340/2006 lei Maria da penha (das medidas protetivas de urgência e do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência).....	22
Lei nº 10.826/2003; (Estatuto do Desarmamento).....	25
Exercícios.....	35
Gabarito	38

NOÇÕES DE SOCIOLOGIA

Reivindicações populares urbanas. Movimentos sociais e lutas pela moradia. Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. Classes Sociais e movimentos sociais....	1
Movimentos sociais e educação.....	13
Exercícios.....	18
Gabarito.....	22

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



Raciocínio Lógico

A lógica proposicional é baseada justamente nas proposições e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (e; ou; se; se, e somente se). Enquanto a proposição composta são duas ou mais proposições (simples) ligadas através destes conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdades.

A tabela verdade é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela verdade:

p	$\sim p$
V	F
F	V

A tabela verdade de uma conjunção ($p \wedge q$) é a seguinte:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas verdades são as seguintes:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$	$p \vee \sim q$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossa tabela verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n , onde n é o número de proposições.

Se tivéssemos a seguinte tabela verdade:

p	q	r	$p \vee q \rightarrow r$
---	---	---	--------------------------

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Mais um exemplo:

p	q	$p \rightarrow q$	$\sim p$	$\sim q$	$\sim q \rightarrow \sim p$
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V



GEOGRAFIA DA PARAÍBA¹

Características Gerais

A Paraíba surpreende pelas singularidades que encantam seus moradores e seus visitantes. A Capital do Estado, João Pessoa, é considerada uma das cidades mais arborizadas do planeta e, por ter recebido distinção da coroa portuguesa já no ano de sua fundação, 1585, guarda o título de terceira cidade mais antiga do Brasil.

Na Paraíba fica o ponto extremo oriental das Américas – a Ponta do Seixas, e a Estação Cabo Branco Ciências Cultura e Arte, uma obra grandiosa de Oscar Niemeyer.

Oficialmente, existem quatro regiões metropolitanas no Estado da Paraíba: João Pessoa, Campina Grande, Patos e Guarabira, que englobam municípios ricos em cultura, em potencialidades econômicas e em belezas naturais.

O Estado oferece aos seus visitantes uma infinidade de roteiros, que vão das praias paradisíacas do litoral, passando pelos encantos das cidades históricas e pelos canaviais, até os mistérios do interior, que englobam sertão, brejo e cariri.

As praias dos litorais Sul e Norte estão entre as mais bonitas do Brasil. As urbanas de João Pessoa, como Tambaú, Cabo Branco e Bessa, concentram praticantes de esportes e turistas. Para os naturalistas, a praia de Tambaba, no município do Conde, é a ideal, pois é permitida a prática do nudismo. A de Coqueirinho é considerada entre as mais bonitas do país por diversos guias turísticos. Na praia Fluvial do Jacaré, pode-se ouvir o Bolero de Ravel ao observar o pôr-do-sol.

Já o interior oferece aos visitantes rupestres, rastros de dinossauros, cachoeiras e antigos engenhos de cana-de-açúcar. Nos municípios, o artesanato também encanta turistas, que podem conferir peças únicas como a renda renasçença, de reconhecimento internacional, e o algodão colorido, usado por estilistas de renome no país.

Isso sem falar na arte em marchetaria, estopa e argila, por exemplo. Além da diversidade de cenários, a Paraíba oferece diversão com eventos de porte nacional, como o Maior São João do Mundo, realizado em julho em Campina Grande, e das prévias carnavalescas em João Pessoa, que contam com as “Muriçocas do Miramar”, um dos maiores blocos de arraste do mundo. A cultura é um dos fortes do Estado, que inclui artesanato, personalidades, música e diversas manifestações em literatura, teatro e cinema.

População

De acordo com dados do IBGE² a população da Paraíba, no último Censo em 2010 era de 3.766.528 habitantes, com densidade demográfica na mesma época de 66,70 hab./km².

Essa população em 2021 evoluiu para 4.059.905 habitantes (estimativa)³.

Clima

O clima da Paraíba é o tropical úmido no litoral, com chuvas abundantes. No entanto, à medida que desloca-se para o interior, depois da Serra da Borborema, o clima torna-se semiárido e sujeito a estiagens prolongadas e precipitações abaixo dos 500mm.

As temperaturas médias anuais ultrapassam os 26°C, com algumas exceções no Planalto da Borborema, onde a temperatura é de 24°C.

1 <http://www.paraibatotal.com.br/a-paraiba/>

2 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>

3 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>



História da Paraíba Colonização; Resistência Indígena; Política; Economia; Diversidade Cultural; Patrimônio Cultural e Histórico; Movimentos Sociais[O seguinte conteúdo foi baseado em um documento retirado do arquivo Histórico da Polícia Militar da Paraíba. Caso você queira lê-lo na íntegra, pode acessá-lo pelo seguinte endereço eletrônico: < http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/Historia_da_Paraiba.pdf>].

Antecedentes da Conquista da Paraíba

Demorou um certo tempo para que Portugal começasse a explorar economicamente o Brasil, uma vez que os interesses lusitanos estavam voltados para o comércio de especiarias nas Índias, além disso, não havia nenhuma riqueza na costa brasileira que chamasse tanta atenção quanto o ouro, encontrado nas colônias espanholas, minério este que tornara uma nação muito poderosa na época.

Devido ao desinteresse lusitano, piratas e corsários começaram a extrair o pau-brasil, madeira muito encontrada no Brasil-colônia, e especial devido a extração de um pigmento usado para tingir tecidos na Europa. Esses invasores eram em sua maioria franceses, e logo que chegaram no Brasil fizeram amizade com os índios possibilitando entre eles uma relação comercial conhecida como “escambo”, na qual o trabalho indígena era trocado por alguma manufatura sem valor.

Os portugueses, preocupados com o aumento do comércio dos invasores da colônia, passaram a enviar expedições para evitar o contrabando do pau-brasil, porém, ao chegar no Brasil essas expedições eram sempre repelidas pelos franceses apoiados pelos índios.

Com o fracasso das expedições o rei de Portugal decidiu criar o sistema de Capitânicas Hereditárias.

Com o objetivo de povoá-la, a colônia portuguesa foi dividida em 15 capitânicas, para doze donatários. Entre elas destacamos a Capitania de Itamaracá, a qual se estendia do rio Santa Cruz até a Baía da Traição. Inicialmente essa capitania foi doada à Pedro Lopes de Souza, que não pôde assumir, vindo em seu lugar o administrador Francisco Braga, que devido a uma rivalidade com Duarte Coelho, deixou a capitania em falência, dando lugar a João Gonçalves, que realizou algumas benfeitorias na capitania como a fundação da Vila da Conceição e a construção de engenhos.

Após a morte de João Gonçalves, a capitania entrou em declínio, ficando à mercê de malfeitores e propiciando a continuidade do contrabando de madeira.

Com a tragédia de Tracunhaém[Tragédia de Tacunhaém: Foi uma tragédia na qual índios mataram todos os moradores de um engenho.], em 1534 o rei de Portugal desmembrou Itamaracá, dando formação à Capitania do Rio Paraíba.

Existia uma grande preocupação por parte dos lusitanos em conquistar a capitania que atualmente é a Paraíba, pois havia a garantia do progresso da capitania pernambucana, a quebrada aliança entre Potiguaras e franceses, e ainda, estender sua colonização ao norte.



Reading Comprehension

Interpretar textos pode ser algo trabalhoso, dependendo do assunto, ou da forma como é abordado. Tem as questões sobre o texto. Mas, quando o texto é em outra língua? Tudo pode ser mais assustador.

Se o leitor manter a calma, e se embasar nas estratégias do Inglês Instrumental e ter certeza que ninguém é cem por cento leigo em nada, tudo pode ficar mais claro.

Vejamos o que é e quais são suas estratégias de leitura:

Inglês Instrumental

Também conhecido como Inglês para Fins Específicos - ESP, o Inglês Instrumental fundamenta-se no treinamento instrumental dessa língua. Tem como objetivo essencial proporcionar ao aluno, em curto prazo, a capacidade de ler e compreender aquilo que for de extrema importância e fundamental para que este possa desempenhar a atividade de leitura em uma área específica.

Estratégias de leitura

• **Skimming:** trata-se de uma estratégia onde o leitor vai buscar a ideia geral do texto através de uma leitura rápida, sem apegar-se a ideias mínimas ou específicas, para dizer sobre o que o texto trata.

• **Scanning:** através do scanning, o leitor busca ideias específicas no texto. Isso ocorre pela leitura do texto à procura de um detalhe específico. Praticamos o scanning diariamente para encontrarmos um número na lista telefônica, selecionar um e-mail para ler, etc.

• **Cognatos:** são palavras idênticas ou parecidas entre duas línguas e que possuem o mesmo significado, como a palavra “vírus” é escrita igualmente em português e inglês, a única diferença é que em português a palavra recebe acentuação. Porém, é preciso atentar para os chamados falsos cognatos, ou seja, palavras que são escritas igual ou parecidas, mas com o significado diferente, como “evaluation”, que pode ser confundida com “evolução” onde na verdade, significa “avaliação”.

• **Inferência contextual:** o leitor lança mão da inferência, ou seja, ele tenta adivinhar ou sugerir o assunto tratado pelo texto, e durante a leitura ele pode confirmar ou descartar suas hipóteses.

• **Reconhecimento de gêneros textuais:** são tipo de textos que se caracterizam por organização, estrutura gramatical, vocabulário específico e contexto social em que ocorrem. Dependendo das marcas textuais, podemos distinguir uma poesia de uma receita culinária, por exemplo.

• **Informação não-verbal:** é toda informação dada através de figuras, gráficos, tabelas, mapas, etc. A informação não-verbal deve ser considerada como parte da informação ou ideia que o texto deseja transmitir.

• **Palavras-chave:** são fundamentais para a compreensão do texto, pois se trata de palavras relacionadas à área e ao assunto abordado pelo texto. São de fácil compreensão, pois, geralmente, aparecem repetidamente no texto e é possível obter sua ideia através do contexto.

• **Grupos nominais:** formados por um núcleo (substantivo) e um ou mais modificadores (adjetivos ou substantivos). Na língua inglesa o modificador aparece antes do núcleo, diferente da língua portuguesa.

• **Afixos:** são prefixos e/ou sufixos adicionados a uma raiz, que modifica o significado da palavra. Assim, conhecendo o significado de cada afixo pode-se compreender mais facilmente uma palavra composta por um prefixo ou sufixo.



Compreensão Geral do Sentido e do Propósito do Texto

Podemos, tranquilamente, ser bem-sucedidos numa interpretação de texto em espanhol. Para isso, devemos observar as dicas que seguem abaixo.

O Uso e Domínio das Estratégias de Leitura (Skimming, Scanning, Prediction e outras)

Existem estratégias de leitura que podem facilitar a compreensão e a tradução de obras e textos escritos em línguas estrangeiras ou, ainda, selecionar rapidamente o que pode ser importante ou não para quem lê.

Atenção!

Apesar de serem termos escritos em inglês, essas técnicas podem ser utilizadas no auxílio de interpretação de textos em todas línguas estrangeiras, inclusive no espanhol. Observe:

Skimming → Essa técnica consiste em “se passar levemente sobre”. Trata-se de uma rápida e superficial “olhada” no texto, procurando explorar suas informações. Nessa hora, o leitor deve atentar-se para as pistas tipográficas (números, datas, gráficos, figuras, fotografias, palavras destacadas, cabeçalhos, etc.), cognatos, falsos cognatos e tudo o que possa ser tido como uma dica do que se trata a ideia geral do texto ou seu tema. Ou seja, essa técnica serve para que o leitor tenha uma compreensão geral sobre qual assunto o texto discorre.

Scanning → Como o a palavra sugere, a técnica de Scanning consiste em um escaneamento, uma varredura do texto em busca de informações objetivas. Essa estratégia de leitura é recomendada para uma leitura mais específica: quando se deseja encontrar um determinado significado, uma palavra-chave, uma informação em particular. Ela é geralmente empregada quando buscamos palavras em dicionários, um endereço ou número em listas telefônicas, e pode ser muito útil em situações cotidianas.

Predicting → É uma estratégia usada a partir de palavras chave, títulos e subtítulos, dos quais já se tem conhecimento prévio sobre o assunto, levantando-se assim, hipóteses prevendo o assunto do texto.

Guessing → É quando se ignora a tradução de palavra por palavra, apenas tentando entender o sentido geral da frase. Ressaltamos aqui o cuidado com as palavras cognatas.

Selectivity → Também chamada de “leitura seletiva” é a técnica na qual selecionam-se os trechos onde se deseja encontrar uma determinada informação.

Cognates → Os cognatos são termos de origem grega ou latina bastante parecidos com o Português tanto na forma escrita como no significado.

Repeated words → Quando certas palavras se repetem várias vezes no texto, mesmo com formas diferentes, normalmente são importantes para a compreensão. As palavras repetidas aparecem especialmente na forma de verbos, substantivos e adjetivos e nem sempre são cognatas.

Typography → As marcas tipográficas (impressas) são elementos que, no texto, transmitem informações nem sempre representadas por palavras. Reconhecê-las é um auxílio bastante útil à leitura.

Key words → Aquelas que estão mais de perto associadas especificamente ao assunto do texto são as palavras-chave, podendo aparecer repetidas e algumas vezes na forma de sinônimos. Identificar as key words através do skimming nos leva a ter uma visão geral do texto.

Nominal groups → Grupos nominais são expressões de caráter nominal em que prevalecem os substantivos e adjetivos, cuja ordem na frase ordinariamente não corresponde ao português.



Internet

A Internet é uma rede mundial de computadores interligados através de linhas de telefone, linhas de comunicação privadas, cabos submarinos, canais de satélite, etc¹. Ela nasceu em 1969, nos Estados Unidos. Interligava originalmente laboratórios de pesquisa e se chamava ARPAnet (ARPA: Advanced Research Projects Agency). Com o passar do tempo, e com o sucesso que a rede foi tendo, o número de adesões foi crescendo continuamente. Como nesta época, o computador era extremamente difícil de lidar, somente algumas instituições possuíam internet.

No entanto, com a elaboração de softwares e interfaces cada vez mais fáceis de manipular, as pessoas foram se encorajando a participar da rede. O grande atrativo da internet era a possibilidade de se trocar e compartilhar ideias, estudos e informações com outras pessoas que, muitas vezes nem se conhecia pessoalmente.

Conectando-se à Internet

Para se conectar à Internet, é necessário que se ligue a uma rede que está conectada à Internet. Essa rede é de um provedor de acesso à internet. Assim, para se conectar você liga o seu computador à rede do provedor de acesso à Internet; isto é feito por meio de um conjunto como modem, roteadores e redes de acesso (linha telefônica, cabo, fibra-ótica, wireless, etc.).

World Wide Web

A web nasceu em 1991, no laboratório CERN, na Suíça. Seu criador, Tim Berners-Lee, concebeu-a unicamente como uma linguagem que serviria para interligar computadores do laboratório e outras instituições de pesquisa, e exibir documentos científicos de forma simples e fácil de acessar.

Hoje é o segmento que mais cresce. A chave do sucesso da World Wide Web é o hipertexto. Os textos e imagens são interligados por meio de palavras-chave, tornando a navegação simples e agradável.

Protocolo de comunicação

Transmissão e fundamentalmente por um conjunto de protocolos encabeçados pelo TCP/IP. Para que os computadores de uma rede possam trocar informações entre si é necessário que todos os computadores adotem as mesmas regras para o envio e o recebimento de informações. Este conjunto de regras é conhecido como Protocolo de Comunicação. No protocolo de comunicação estão definidas todas as regras necessárias para que o computador de destino, “entenda” as informações no formato que foram enviadas pelo computador de origem.

Existem diversos protocolos, atualmente a grande maioria das redes utiliza o protocolo TCP/IP já que este é utilizado também na Internet.

O protocolo TCP/IP acabou se tornando um padrão, inclusive para redes locais, como a maioria das redes corporativas hoje tem acesso Internet, usar TCP/IP resolve a rede local e também o acesso externo.

TCP / IP

Sigla de Transmission Control Protocol/Internet Protocol (Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo Internet).

Embora sejam dois protocolos, o TCP e o IP, o TCP/IP aparece nas literaturas como sendo:

- O protocolo principal da Internet;
- O protocolo padrão da Internet;
- O protocolo principal da família de protocolos que dá suporte ao funcionamento da Internet e seus serviços.

1 <https://cin.ufpe.br/~macm3/Folders/Apostila%20Internet%20-%20Avan%20E7ado.pdf>



— Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecuratório.

No ordenamento jurídico pode ser feita uma distinção entre normas declaratórias, que estabelecem direitos, e normas assecuratórias, as garantias, que asseguram o exercício desses direitos. Assim, os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos através dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos (preventivamente) ou prontamente os repara, caso violados.

Convém ressaltar que as garantias de direito fundamental não se confundem com os remédios constitucionais. As garantias constitucionais são de conteúdo mais abrangente, incluindo todas as disposições assecuratórias de direitos previstas na Constituição

— Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- b) ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- c) estão ligados ao ideal de liberdade;
- d) são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- e) possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- f) são os direitos civis e políticos.

Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no início do século XX;
- b) apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- c) estão ligados ao ideal de igualdade;
- d) são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- e) correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- a) surgiram no século XX;
- b) estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;
- c) são direitos positivos, a exigir do Estado e dos diferentes povos uma firme atuação no tocante à preservação dos bens de interesse coletivo;



— Legalidade (Art. 5º, XXXIX + Art. 1º, CP + Documentos Internacionais)

Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal → real limitação ao poder estatal de interferir na esfera das liberdades individuais.

O princípio da legalidade se divide em dois subprincípios: reserva legal e anterioridade.

– Reserva legal: não há crime ou pena sem lei em sentido estrito, ou seja, diploma legal emanado do Poder Legislativo.

1 – E contravenção penal? A doutrina entende que as contravenções/infrações penais também não podem ser aplicadas sem lei.

2 – Além da pena, entende-se também que a medida de segurança não pode ser aplicada sem prévia lei.

Medida legal é outra espécie de sanção penal (resposta dada a alguém por uma infração penal), na qual a culpabilidade não é um pressuposto, mas sim a periculosidade, ex.: agente não pode ser condenado em função de doença mental, porém ele sofre a aplicação de medida de segurança (tratamento ambulatorial, internação, por exemplo).

– Anterioridade: não há crime ou pena sem lei anterior ao fato praticado, ex.: a partir de hoje, beber cerveja é crime, porém quem bebia até ontem não pode ser criminalizado → a anterioridade gera o princípio da irretroatividade da lei penal.

Atributos da Lei Penal: a lei penal deve ser:

I – a norma penal deve ser escrita. Os costumes influenciam no direito penal e servem para aclarar determinados textos (ex.: repouso noturno). Segundo o MPSP, o costume não pode revogar crime (v. Súmulas 502 e 574, STJ);

II – A norma penal deve ser certa, sem margens de dúvidas para sua interpretação;

III – Deve ser taxativa, de forma a evitar que a norma seja aplicada a uma gama variada de condutas, violando o princípio da reserva legal;

IV – A norma penal deve ser necessária, uma vez que o direito penal deve ser o último recurso do Estado para proteção do bem jurídico.

Tópicos relevantes

– Medidas Provisórias em matéria penal, a rigor, a Medida Provisória não pode tratar de matéria penal (v. Art. 62, § 1º, “b”, CF), porém o STF entende que a Medida Provisória pode tratar de matéria quando beneficiar o infrator (reduzindo penas, discriminando condutas, por exemplo).

– Normas penais em branco, isto é, as que exigem um complemento para ter eficácia, violam o princípio da reserva legal? Prevalece o entendimento que as normais penais em branco não violam o princípio da reserva legal, pois a conduta está sendo discriminada na norma penal, apenas que o legislador não tem como colocar todas as minúcias do tema na lei.

Irretroatividade da Lei Penal

– A lei penal só se aplica aos fatos ocorridos durante a sua vigência, não atingindo fatos anteriores.



— Inquérito Policial

O Inquérito Policial possui natureza de procedimento de natureza administrativa. Não é ainda um processo, por isso não se fala em partes, munidas de completo poder de contraditório e ampla defesa. Ademais, por sua natureza administrativa, o procedimento não segue uma sequência rígida de atos.

Nesse momento, ainda não há o exercício de pretensão acusatória. Não se trata, pois, de processo judicial, nem tampouco de processo administrativo. O inquérito policial consiste em um conjunto de diligências realizadas pela polícia investigativa.

O Inquérito Policial é definido como um procedimento administrativo inquisitório e preparatório, presidido pelo Delegado de Polícia, com vistas a identificação de provas e a colheita de elementos de informação quanto à autoria e materialidade da infração penal, a fim de possibilitar que o titular da ação penal possa ingressar em juízo.

Para que se possa dar início a um processo criminal contra alguém, faz-se necessária a presença de um lastro probatório mínimo, apontando no sentido da prática de uma infração penal e da probabilidade de o acusado ser o seu autor. Daí a finalidade do inquérito policial, instrumento usado pelo Estado para a colheita desses elementos de informação, viabilizando o oferecimento da peça acusatória quando houver justa causa para o processo.

Muitas vezes o titular da ação penal (Ministério Público) não consegue formar uma opinião sobre a viabilidade da acusação sem as peças informativas do inquérito policial. Portanto, a finalidade do inquérito é colher esses elementos mínimos com vistas ao ajuizamento ou não da ação penal.

O IP é o principal instrumento investigatório usado pelo Estado.

Procedimento administrativo (não é processo judicial, nem administrativo – do inquérito não resulta a imposição de sanção) inquisitório (contraditório diferido – não há contraditório nem ampla defesa) e preparatório (conduzido pelo delegado para colher elementos para o MP ou querelante poder ingressar em juízo), presidido pela autoridade policial (delegado de polícia), com o objetivo de identificar fontes de provas (anteriores e independentes ao processo – pessoas e coisas que tenham alguma informação do fato delituoso) e colher elementos de informação (são colhidos em investigação/não é obrigatória a observância do contraditório e ampla defesa/juiz intervém quando necessário e provocado/tem como finalidade ensejar a decretação de medidas cautelares *fumus comissi delict – fumaça do cometimento do delito* e auxiliam na formação da opinião delict – convicção do titular da ação penal, não é prova – prova passa por contraditório judicial) quanto à autoria e materialidade da infração penal, a fim de permitir que o titular da ação penal possa ingressar em juízo.

**LEI No. 3.909, DE 14 DE JULHO DE 1977**

Dispõe sobre o ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA PARAÍBA, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II**DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA**

Art. 12 - A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquica.

Parágrafo 1º - A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações. Dentro de um mesmo posto ou de uma mesma graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade.

Parágrafo 2º - Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das Leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-o pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

Parágrafo 3º - A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, entre policiais militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.

Art. 13 – Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os policiais militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver a espírito de camaradagem em ambiente de estima confiança, sem prejuízo de respeito mútuo

Art. 14 – Os círculos hierárquicos e a escala hierárquica na Polícia Militar são fixados no Quadro e parágrafos seguintes:

CÍRCULO DE OFICIAIS E PRAÇAS

CÍRCULO DE OFICIAIS (POSTOS)

OFICIAIS SUPERIORES

Coronel PM

Tenente Coronel PM

Major PM

INTERMEDIÁRIOS

Capitão PM

SUBALTERNOS

Primeiro Tenente PM



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.

§ 1º As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

§ 2º A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

CAPÍTULO II

DOS SUJEITOS DO CRIME

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

- I - servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;
- II - membros do Poder Legislativo;
- III - membros do Poder Executivo;
- IV - membros do Poder Judiciário;
- V - membros do Ministério Público;
- VI - membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo caput deste artigo.

CAPÍTULO III

DA AÇÃO PENAL

Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.

§ 1º Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.



Nas diversas conjunturas históricas tem ocorrido à necessidade da população em geral e da população de baixa renda em particular, de lutar pela sobrevivência e pelas necessidades humanas básicas. Isso tem levado essa população a mobilizações organizadas e às vezes desorganizadas ou a formação de movimentos sociais urbanos de caráter reivindicatórios em diversas sociedades ou setores destas.

Os movimentos sociais de modo geral existem desde muitos séculos. O autor Beer, usando a denominação de lutas sociais narra sua existência na mais remota Antiguidade e, atravessando guerras e conflitos que marcaram a vida dos povos, passando pelos tempos modernos chega à época Contemporânea (década de 1920, do século passado).

Hofmann (1984) afirma que —todo o pensamento do movimento social contemporâneo encontra a sua origem nas grandes ideias da Filosofia do Iluminismo. Para ele é — pela primeira vez na história do mundo, o Iluminismo traçou a imagem de uma humanidade libertada. Isto faz com que o homem coevo crie e realize as suas utopias ou busque realizá-la. E continua Hofmann, “o que constituiu uma esperança para o Iluminismo, passou a constituir para o movimento social um programa ainda não cumprido e passível de ser realizado.” Para Gohn (1982), os movimentos sociais europeus, anteriores ao século XX, e principalmente os do século XIX, caracterizam-se por suas ideologias e práticas revolucionárias. A unidade básica destes movimentos era dada no próprio plano da produção. As péssimas condições de vida dentro das fábricas levavam à sua eclosão.

Movimentos e mobilizações de grupos sociais são encontrados em diferentes épocas, lugares, situações e em distintas sociedades, com maior ou menor significação. Como exemplos podemos nos referir às revoltas de escravos, aos movimentos de mulheres da Idade Média, às guerras camponesas do século XVI, aos conflitos étnicos, aos movimentos religiosos como o franciscanismo, o protestantismo do século XVI. Na história do Brasil, encontramos vários deles, de diferentes características e dimensões, como movimentos emancipacionistas, messiânicos, culturais, políticos... Os dos anos 70 e 80 têm seus predecessores nos movimentos de bairro, de camponeses e operários das décadas anteriores. Ao se falar dos movimentos das últimas duas décadas, os autores procuram distingui-los dos anteriores, denominando-os de novos movimentos sociais.

Como vimos, os Movimentos Sociais decorrem das desigualdades de classes ao longo da história e, do avanço do processo urbano-industrial, que no início do século XX, compreendia quase exclusivamente a organização do proletariado industrial, isto é, os sindicatos. Entretanto, Ammann (1991) destaca que os Movimentos Sociais só recentemente mereceram a atenção dos cientistas sociais. Para estes, o que vem a qualificar um movimento como Movimento Social é o elemento constitutivo: a contestação, o protesto, a insatisfação, o conflito, o antagonismo.

Movimento é aqui entendido no sentido dado por Gohn (1985): Os movimentos se expressam através de um conjunto de práticas sociais nas quais os conflitos, as contradições e os antagonismos existentes na sociedade constituem o móvel básico das ações desenvolvidas. E continua Gohn, o movimento social também expressa a consciência possível da classe que representa.

Todo Movimento Social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras. Sendo assim, todo Movimento Social inscreve-se em uma problemática relacional de poder, e, como tal, é preciso compreendê-lo como uma relação de força, de confronto, de disputa e conflito entre lutas de classes, dominantes e dominados, de relação capital/trabalho, com todas as complexidades e implicações que envolvem estas categorias, hoje.

Esta luta nem sempre é pela direção da produção da sociedade, mas protestam contra formas de direção vigentes ou anunciadas, e de suas consequências para a classe dominada, Andrade enfatiza que a história e o processo de produção do espaço constituem assim uma interminável luta entre os grupos sociais dominantes entre si, e da classe dominante como um todo, frente às classes dominadas.